

Proposta ainda não é consenso

CLAUDIO LESSA
Correspondente

Washington — Depois da euforia, a dúvida e uma nova onda de ansiedade para os países devedores. Terminado o encontro semestral do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, na capital norte-americana, ficou claro que a mentalidade em relação ao problema do alívio da dívida mudou: o Plano Baker, que exigia pagamento dos juros e principal até o último centavo, foi substituído pelo Plano Brady, que pretende um relaxamento gradual do garrote para que a galinha dos ovos de ouro não morra. Entretanto, o fim de festa no FMI e no Banco Mundial ficou marcado pelo cuidado com que o envolvimento das duas instituições multilaterais está sendo encarado: no comunicado final distribuído ontem, a falta de consenso em torno do tema ficou implícita quando os membros do Comitê Interino enfatizaram a necessidade de "exame" da matéria. H. Onno Ruding, presidente do Comitê, disse que "isso não quer dizer que não se possa chegar a isso, nem que não se fará nada até setembro" (data da próxima reunião).

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, volta a Brasília com pressa para entrar em ação: ele ouviu de seus interlocutores em Washington, privada e publicamente, que se o Brasil quiser se beneficiar dos efeitos do Plano Brady (alguns deles, aliás, já cons-

tam do acordo brasileiro com os credores), a hora é de agir com seriedade e rapidez. Segundo Mailson, "é exatamente isso" que ele pretende fazer.

Mailson também lamentou que a reunião não tenha conseguido acertar a questão do aumento de capital, da redistribuição de quotas e dos direitos especiais de saque. O assunto é crucial para países como os Estados Unidos, por exemplo: com o realinhamento, o Japão poderia pular do quinto para o segundo lugar em importância dentro das duas organizações, e isso deixa muita gente de cabeça em pé.

TECNICALIDADES

O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, assim como H. Onno Ruding, não quiseram entrar em detalhes sobre a operacionalidade dos futuros esquemas de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento. Camdessus afirmou que "temos que ser prudentes e ganhar experiência com os países, na definição dos critérios. É uma agenda urgente, para as próximas semanas e meses, mas temos que ter paciência. E não devemos pensar que o tempo é um obstáculo, (...) nem deixarmos nos iludir com technicalidades.

Existem várias formas de se obter o que queremos, e o que queremos é a redução da dívida."

Onno Ruding, um holandês que preside o Comitê Interino e já havia mani-

festado sua oposição a quaisquer garantias por parte do FMI a programas de redução do serviço da dívida, disse que "as idéias sobre redução do serviço da dívida são muito recentes, e temos que ser cuidadosos ao dizer algo que envolva os recursos do Fundo Monetário."

Para Camdessus, tudo vai depender das atitudes dos países, da credibilidade dos credores, da situação das instituições. "Se estiver tudo de acordo", disse o francês, "os resultados poderão surgir antes da sessão de setembro. Andar depressa, sem demora, são palavras importantes", disse o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional.

Michel Camdessus voltou a defender como medida "importante" o uso de bens para colateralizar os títulos, algo a que se opõem países como o Brasil.

AUMENTO DE CAPITAL

Uma briga de foice que envolve principalmente o Japão e os Estados Unidos acabou sem solução nesta rodada de conversações: Onno Ruding anunciou que "o momento não era oportuno para sugestões ou mesmo conclusões concretas sobre o aumento de capital e a redistribuição de quotas."

Ele reconheceu, entretanto, que o problema do aumento de capital do Fundo Monetário Internacional é um assunto que terá que ser tratado até o final deste ano.